

♥1. (IBFC - 2020 - PM-BA - SOLDADO)

Sobre discricionariedade, vinculação e os elementos do ato administrativo, analise as afirmativas abaixo.

I . Discricionariedade é sinônimo de arbitrariedade.

II . A discricionariedade é verificada quando a lei deixa certa margem de liberdade de decisão diante do caso concreto, de tal modo que a autoridade poderá optar por uma dentre várias soluções possíveis, todas validas perante o direito.

III . O exercício da discricionariedade comumente é verificado nos elementos motivo e objeto do ato administrativo.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) Apenas a afirmativa I está correta
- (E) Apenas a afirmativa II está correta

♥2. (IBFC - 2020 - PM-BA - SOLDADO)

Acerca dos Poderes da Administração Pública, em especial o Poder de Polícia, analise as afirmativas abaixo.

I. A polícia administrativa rege-se pelo Direito Administrativo, incidindo sobre bens, direitos ou atividades.

II . Costuma-se apontar como atributos do poder de polícia a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade.

III . A polícia judiciária rege-se pelo Direito Processual Penal, incidindo sobre pessoas.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) Apenas a afirmativa I está correta
- (E) Apenas a afirmativa II está correta

♥3. (IBFC - 2020 - PM-BA - SOLDADO)

No que se refere aos atributos dos atos administrativos, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) A imperatividade é um atributo do ato administrativo.

( ) A autoexecutoriedade é um atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

( ) Para que um ato administrativo esteja em consonância com a lei e seja presumido legítimo é necessário uma intervenção estatal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, V, V
- (B) V, V, F
- (C) V, F, V
- (D) F, F, V
- (E) F, V, F

♥4. (IBFC - 2020 - PM-BA - SOLDADO)

O artigo 37, parágrafo 1º, da Constituição Federal de 1988 dispõe o seguinte:

“ § 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”

A expressão destacada tem relação com um princípio da Administração Pública encontrado na Constituição Federal. Assinale a alternativa correta que apresenta esse princípio.

- (A) Princípio da especialidade
- (B) Princípio da tutela
- (C) Princípio da impessoalidade
- (D) Princípio da hierarquia
- (E) Princípio da continuidade do interesse público

♥5. (IBFC - 2017 - PM-BA - SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR)

Analisar os itens a seguir e considere a classificação dos atos administrativos para assinalar a alternativa correta.

(A) Quanto às prerrogativas com que atua a Administração, os atos podem ser simples ou compostos, sendo estes últimos os praticados pela Administração em situação de igualdade com os particulares, para a conservação

e desenvolvimento do patrimônio público e para a gestão de seus serviços

(B) Quanto à formação da vontade, os atos administrativos podem ser simples, complexos e compostos, sendo estes últimos os que decorrem da declaração

de vontade de um único órgão, seja ele singular ou colegiado

(C) Quanto à formação da vontade, os atos administrativos podem ser unitários, ditados e componentes, sendo estes últimos os que decorrem da declaração

de vontade de um único órgão, seja ele singular ou colegiado

(D) Quanto às prerrogativas com que atua a Administração, os atos podem ser de império e de gestão, sendo estes últimos os praticados pela Administração em

situação de igualdade com os particulares, para a conservação e desenvolvimento do patrimônio público e para a gestão de seus serviços

(E) Quanto aos destinatários, os atos administrativos

podem ser gerais e individuais, sendo que ambos os

casos atingem todas as pessoas que se encontram na mesma situação

♥6. (IBFC - 2017 - PM-BA - SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR)

Assinale a alternativa que corresponde ao atributo do

ato administrativo, segundo o qual, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração. Assim ocorre com relação às certidões, atestados, declarações, informações por ela fornecidos, todos dotados de fé pública.

(A) Presunção de legalidade

(B) Presunção de dualidade

(C) Presunção de veracidade

(D) Presunção de economicidade

(E) Presunção de gratuidade

♥7. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) A

licitação visa buscar a satisfação do interesse público e garantir a isonomia das contratações públicas. Sobre o tema, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V)

ou Falso (F):

( ) O Sistema de Registro de Preços não poderá ser adotado quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela

Administração, em razão de vedação legal expressa no Decreto nº 7.892/2013.

( ) É vedada a realização, sem projeto executivo, de

obras e serviços de engenharia para cuja concretização

tenha sido utilizado o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), qualquer que seja o regime adotado.

( ) A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados, sendo que, no curso da sessão, o

autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com

preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão

fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação

do vencedor.

( ) A Administração Pública poderá, nos editais de licitação para a contratação de serviços, exigir da contratada

que um percentual mínimo de sua mão de obra seja oriundo ou egresso do sistema prisional, com a finalidade de

ressocialização do reeducando, na forma estabelecida em

regulamento.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) V, F, V, V

(B) F, V, V, V

(C) V, V, F, F

(D) F, F, F, V

♥8. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) Em

relação aos princípios que regem o regime jurídico administrativo, analise as afirmativas abaixo:

I. Em razão do Princípio da Intranscendência Subjetiva

das Sanções, não pode ocorrer ou permanecer a inscrição

do município em cadastros restritivos fundada em irregularidades na gestão anterior quando, na gestão sucessora,

são tomadas as providências cabíveis à reparação dos

danos eventualmente cometidos.

II. O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do artigo 7º, inciso XXX, da

Constituição, quando possa ser justificado pela natureza

das atribuições do cargo a ser preenchido, sendo este um

reflexo do Princípio da Impessoalidade.

III. A administração pode anular seus próprios atos,

quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque

deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo

de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos

adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação

judicial. Este enunciado trata, sobretudo, do Princípio da

Legalidade.

IV. A Administração Pública pode anular seus próprios atos quando estes forem ilegais. No entanto, se a invalidação do ato administrativo repercute no campo de interesses individuais, faz-se necessária a instauração de procedimento administrativo, em respeito aos princípios do devido processo legal e da ampla defesa.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) As afirmativas I, II, III e IV estão corretas

♥9. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) Sobre a Administração Pública, enquanto conjunto estrutural de órgãos e entidades voltados à execução das atividades públicas, assinale a alternativa correta.

- (A) Pela teoria da institucionalização, determinados órgãos públicos, não obstante não tenham personalidade jurídica própria, em virtude de sua atuação, podem ganhar “vida própria”, por conta de sua história existencial, como é o caso do Exército Brasileiro
- (B) O Poder Executivo poderá qualificar como Agência Reguladora a autarquia ou fundação que tenha um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento e tenha celebrado Contrato de Gestão com o respectivo Ministério supervisor
- (C) Prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da prática do ato abusivo, a ação de reparação em face do acionista controlador da empresa pública e da sociedade de economia mista, proposta pela sociedade, pelo terceiro prejudicado ou pelos demais sócios
- (D) É permitida a participação remunerada de membros da administração pública, direta ou indireta, em mais de 2 (dois) conselhos, de administração ou fiscal, de empresa pública, de sociedade de economia mista ou de suas subsidiárias

♥10. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

Com relação aos Atos de Improbidade Administrativa, considere os pronunciamentos dos tribunais superiores, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F):

- ( ) Independentemente de as condutas dos Prefeitos e Vereadores serem tipificadas como infração penal ou infração político-administrativa previstas no Decreto-Lei nº 201/67, a responsabilidade civil por ato de improbidade administrativa é autônoma e deve ser apurada em instância diversa.
- ( ) A nomeação do cônjuge de prefeito para o cargo de Secretário Municipal, por se tratar de cargo público, viola o disposto na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal e, por si só, caracteriza ato de improbidade administrativa.
- ( ) A conduta de contratar diretamente serviços técnicos sem demonstrar a singularidade do objeto contratado e a notória especialização, e com cláusula de remuneração abusiva, fere o dever do administrador de agir na estrita legalidade e moralidade que norteiam a Administração Pública, amoldando-se ao ato de improbidade administrativa tipificado no art. 11 da Lei de Improbidade.
- ( ) Configura ato de improbidade a conduta do agente político de intervir na liberação de preso para comparecimento em enterro de sua avó, ainda que não esteja presente o dolo de violar princípio constitucional regulador da Administração Pública.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, F, V, F
- (B) V, V, F, F
- (C) F, F, V, V
- (D) F, V, F, V

♥11. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) As

entidades que fazem parte do terceiro setor, também designadas como entes paraestatais, não integram a estrutura

da Administração Pública, mas cooperam com o Estado no desempenho de atividades não lucrativas. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- (A) O Poder Executivo poderá qualificar como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI) as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos previstos em lei, cujo vínculo com o Poder Público é efetivado mediante a celebração de contrato de gestão
- (B) Podem qualificar-se como Organizações Sociais as

peças jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por lei

(C) Os serviços sociais autônomos integrantes do denominado Sistema “S”, embora não integrem a Administração Pública, colaboram com ela na execução de atividades de relevante significado social, razão pela qual estão submetidos à exigência de concurso público para a contratação de pessoal, nos moldes do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988

(D) O vínculo das entidades de apoio com o Poder Público decorre da assinatura de convênio, que lhe garante a destinação de valores públicos, com dotação orçamentária específica, além da possibilidade de cessão de bens públicos e, até mesmo, a cessão de servidores

♥12. (EBSERH – ANALISTA ADMINISTRATIVO – IBFC –

2020) Em relação ao Decreto nº 6.170/2007 e a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011 que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, assinale a alternativa correta.

(A) A celebração de contratos pode ser realizada com entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público

(B) É vedada a celebração de convênios visando à realização de serviços ou execução de obras a serem custeadas, ainda que apenas parcialmente, com recursos externos sem prévia contratação da operação de crédito externo

(C) Os contratos podem ser realizados com dirigentes de órgãos ou entidades da administração pública, de qualquer esfera governamental

(D) Os convênios podem ser realizados entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal, casos em que deverão ser firmados termos de cooperação

(E) Os contratos e convênios podem ser realizados com entidades públicas ou privadas com recursos externos e sem a prévia contratação da operação de crédito externo

♥13. (EBSERH – ANALISTA ADMINISTRATIVO – IBFC –

2020) O Artigo 4º da Lei 12.462/2011 que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) determina as diretrizes nas licitações e contratos que trata esta Lei. Em relação a algumas diretrizes, assinale a alternativa incorreta.

(A) Padronização do objeto da contratação relativamente às especificações técnicas e de desempenho e, quando for o caso, às condições de manutenção, assistência técnica e de garantia oferecidas

(B) Padronização de instrumentos convocatórios e minutas de contratos, previamente aprovados pelo órgão jurídico competente

(C) Utilização de informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, em relação ao objeto, visando à ampla participação das instituições no processo de licitação e dos contratos, respeitando a Lei em vigor

(D) Busca da maior vantagem para a administração pública, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância

(E) Utilização, sempre que possível, nas planilhas de custos constantes das propostas oferecidas pelos licitantes, de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do respectivo objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação

♥14. (EBSERH – ANALISTA ADMINISTRATIVO – IBFC –

2020) O Decreto nº 7.892/2013 regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP) previsto no Artigo 15 da Lei nº 8.666/1993. A Lei determina que o SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses apresentadas nas afirmativas a seguir:

I. Quando, pela natureza do objeto, for possível definir previamente o qualitativo a ser demandado para todos os fornecedores participantes das propostas apresentadas.

II. Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes.

III. Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas a afirmativa III está correta
- (D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (E) Apenas a afirmativa I está correta

♥15. (EBSERH – ANALISTA ADMINISTRATIVO – IBFC – 2020)

A modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns está regulamentada pela Lei nº 10.520/2002. Sobre a fase preparatória do pregão, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- ( ) No âmbito das funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio, poderão ser desempenhadas pelo interessados, constantes nos autos de procedimento e no referido inciso da Constituinte, desde que apoiados nos elementos técnicos elaborados pelo órgão ou entidade promotora da licitação.
- ( ) A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.
- ( ) A autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) F, V, F
- (B) F, F, V
- (C) V, F, V
- (D) V, V, F
- (E) F, V, V

♥16. (EBSERH – ANALISTA ADMINISTRATIVO – IBFC

– 2020) Em consonância com a legislação, os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada aos contratos a concorrência de natureza específica que possam executar empresas com especialidades diversas daquela que foi a executora da obra ou serviço
- (B) É aceita a utilização da modalidade de contrato convite ou tomada de preços, conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente
- (C) Para a aquisição de um contrato, por pessoa jurídica de direito público interno, os bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública, é necessário que tenha sido criado para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado
- (D) Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam
- (E) Os contratos decorrentes de indexação ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato de contratação que os autorizou, incumbido regimentalmente ou estatutariamente, na respectiva proposta do regime de execução

♥17. (EBSERH – ANALISTA ADMINISTRATIVO – IBFC –

2020) A Lei nº 8.666/1993 institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. A lei citada considera algumas definições específicas para obra, serviço, tarefa, execução, compra, alienação, entre outros. Analise os itens a seguir que abordam alguns aspectos citados.

- I. Serviço – toda atividade a obter determinada utilidade de interesse para a Administração.
  - II. Tarefa – quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.
  - III. Execução direta e indireta – conjunto de elementos necessários para caracterizar a obra ou serviço, assegurando a definição dos métodos e identificando os elementos constitutivos com clareza.
- Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) Apenas a afirmativa II está correta
- (E) Apenas a afirmativa I está correta

♥18. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) No que diz respeito às mudanças institucionais, em especial com relação às agências executivas, analise as afirmativas abaixo.

I. Agência executiva é a qualificação dada à autarquia ou fundação que celebre contrato de gestão com o órgão da Administração Direta a que se acha vinculada, para a melhoria da eficiência e redução de custos.

II. O Poder Executivo poderá qualificar como Agência Executiva a autarquia ou fundação que tenha cumprido os seguintes requisitos: I - ter um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento; II - ter celebrado contrato de gestão com o respectivo Ministério supervisor.

III. A qualificação como Agência Executiva será feita em ato do Ministro da Justiça.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas

♥19. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) No que se refere às disposições da Lei nº 11.107/2005 sobre os consórcios públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é possível cessão de servidores entre os entes consorciados
- (B) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções
- (C) O consórcio público terá sempre personalidade jurídica de direito privado
- (D) O denominado termo de fomento permite aos entes consorciados entregarem os recursos ao consórcio público

♥20. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

Quanto a uma hipótese de cláusula necessária do contrato administrativo, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O objeto e seus elementos característicos
- (B) O regime de execução ou a forma de fornecimento
- (C) As garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas
- (D) As hipóteses de aproveitamento dos projetos básico e executivo dos demais licitantes

♥21. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) A

alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às normas estabelecidas pela Lei nº 8.666/1993. Sobre o assunto, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso

(F):

- ( ) A alienação de bens imóveis dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nas hipóteses legalmente previstas.
- ( ) A alienação de bens móveis, dependerá de autorização legislativa para os órgãos da Administração Pública direta e indireta, avaliação prévia e licitação na modalidade concorrência, dispensada está nas hipóteses legalmente previstas.
- ( ) Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, V, V
- (B) V, V, F
- (C) V, F, V
- (D) F, F, V

♥22. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

Com relação às definições da Lei nº 8.666/1993 estabelecidas em seu artigo 6º, assinale a alternativa correta.

- (A) Serviço é toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente
- (B) Compra é toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta
- (C) Execução indireta é a que é feita pelos órgãos e entidades da Administração, pelos próprios meios
- (D) Seguro-Garantia é o seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas por empresas em licitações e contratos

♥23. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) Acerca das disposições da Lei nº 9.784/99 sobre os recursos no processo administrativo, analise as afirmativas abaixo:

- I. O recurso administrativo terá efeito suspensivo, salvo disposição legal em contrário.
- II. Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- III. O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas

♥24. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) A

Lei nº 9.784/99 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Considere as disposições legais e o entendimento dos tribunais superiores sobre os direitos e deveres dos administrados nesta seara e assinale a alternativa incorreta.

- (A) É direito do administrado fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei
- (B) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar, por si só, ofende a Constituição Federal de 1988 e gera nulidade ao procedimento, por configurar ofensa ao direito constitucional que assegura o contraditório e a ampla defesa
- (C) É direito do administrado ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações, consubstanciado no princípio da urbanidade
- (D) São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo: proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé; expor os fatos conforme a verdade; não agir de modo temerário; e prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos

♥25. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

Acerca dos elementos do ato administrativo e do processo administrativo, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir
- (B) Objeto ou conteúdo é o efeito jurídico imediato que o ato produz
- (C) O motivo sucede à prática do ato, porque corresponde a algo que a Administração quer alcançar com a sua edição
- (D) Segundo a teoria dos motivos determinantes, quando a Administração motiva o ato, mesmo que a lei não exija a motivação, ele só será válido se os motivos forem verdadeiros

♥26. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) No

que diz respeito aos atos da Administração e aos atos administrativos, analise as afirmativas abaixo:

- I. A expressão “ato da Administração” tem sentido mais amplo do que a expressão “ato administrativo”, que abrange apenas determinada categoria de atos praticados no exercício da função administrativa.
- II. Os atos de direito privados exercidos pela Administração Pública são espécies dos chamados “atos da Administração”.
- III. É possível definir ato administrativo como a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas

♥27. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) Assinale a alternativa que apresenta corretamente um conceito possível de “Terceiro Setor”.

- (A) Entidades privadas com fins lucrativos que executam atividades de interesse público
- (B) Entidades públicas sem fins lucrativos que executam atividades de interesse público
- (C) Entidades privadas sem fins lucrativos que executam atividades de interesse público
- (D) Entidades públicas com fins lucrativos que executam atividades de interesse particular

♥28. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) Assinale a alternativa que apresenta corretamente um conceito de Desconcentração Administrativa.

- (A) Distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica
- (B) Distribuição interna de competências, ou seja, uma distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica
- (C) Distribuição de competências de uma pessoa jurídica integrante da Administração Pública para uma pessoa física
- (D) Distribuição de competências de uma pessoa física integrante da Administração Pública para uma pessoa jurídica

♥29. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

Acerca do procedimento administrativo e do processo judicial (improbidade administrativa lei nº 8.429/1992), assinale a alternativa incorreta.

- (A) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade
- (B) Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 30 (trinta) dias
- (C) Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito
- (D) A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar

♥30. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

No que diz respeito à Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), analise as afirmativas abaixo.

- I. Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- II. Facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta Lei.
- III. Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- IV. Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

Assinale a alternativa correta.

- (A) A afirmativa I refere-se aos Atos de Improbidade Administrativa que atentam contra os princípios da administração pública
- (B) A afirmativa III refere-se aos Atos de Improbidade Administrativa que atentam contra os princípios da administração pública
- (C) A afirmativa II refere-se dos Atos de Improbidade Administrativa que importam enriquecimento ilícito
- (D) A afirmativa IV refere-se aos Atos de Improbidade Administrativa que causam prejuízo ao erário

♥31. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. Analise o texto abaixo e assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

“A responsabilidade \_\_\_\_\_ abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.” “A responsabilidade \_\_\_\_\_ decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.” <sup>3</sup>A responsabilidade \_\_\_\_\_ do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.” “As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo \_\_\_\_\_ entre si.”



- (A) penal / civil / administrativa / independentes
- (B) civil / administrativa / penal / independentes
- (C) penal / administrativa / civil / dependentes
- (D) penal / civil / administrativa / dependentes

♥32. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

Acerca do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/1990), analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- ( ) Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.
- ( ) Os requisitos básicos para investidura em cargo público estão contidos no artigo 5º e portanto, as atribuições do cargo não podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.
- ( ) O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
- ( ) A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) F, V, V, F
- (B) V, V, F, F
- (C) F, V, F, V
- (D) V, F, V, V

♥33. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) O

controle administrativo pode ser conceituado como “o conjunto de instrumentos definidos pelo ordenamento jurídico a fim de permitir a fiscalização da atuação estatal por órgãos e entidades da própria Administração Pública, dos Poderes Legislativos e Judiciário, assim como pelo povo”. Nesse sentido, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- ( ) O Brasil adota o sistema de jurisdição única quanto ao controle da Administração Pública, razão pela qual não é possível a provocação do Poder Judiciário para análise de controvérsias antes do esgotamento das instâncias administrativas.
- ( ) O controle administrativo decorre do poder de autotutela conferido à Administração Pública que deve efetivar a fiscalização e revisão de seus atos, mediante provocação ou de ofício, com a finalidade de verificar os aspectos de ilegalidade ou inconveniência do ato.
- ( ) O controle legislativo, realizado no âmbito do parlamento e dos órgãos auxiliares do Poder Legislativo, inclui o controle político sobre o próprio exercício da função administrativa e o controle financeiro sobre a gestão dos gastos públicos dos três poderes.
- ( ) A ação popular é considerada pela doutrina como remédio constitucional que pode ser utilizado por pessoas físicas ou jurídicas para provocar o controle judicial, visando a anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

Assinale a alternativa que representa a sequência correta de cima para baixo:

- (A) V, F, V, F
- (B) V, V, V, F
- (C) F, V, V, F
- (D) F, F, F, V

♥34. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

Quanto ao procedimento e julgamento de licitação, leia abaixo o disposto no parágrafo 3º do artigo 45 da Lei nº 8.666 de 1993:

“Art. 45. § 3º

. No caso da licitação do tipo \_\_\_\_\_, entre os licitantes considerados qualificados a classificação se dará pela \_\_\_\_\_, prevalecendo, no caso de empate, \_\_\_\_\_ o critério previsto no parágrafo anterior”.

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- (A) “melhor técnica” / ordem decrescente de pontuação / facultativamente
- (B) “menor preço” / ordem crescente dos preços propostos / exclusivamente
- (C) “técnica e preço” / ordem crescente dos preços

propostos / facultativamente

(D) “maior lance ou oferta” / ordem decrescente das ofertas ou dos lances propostos / exclusivamente

♥35. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) As normas para licitações e contratos da Administração Pública encontram-se, sobretudo, disciplinadas na Lei nº 8.666 de 1993. Todavia, sua leitura deve ser acompanhada dos documentos normativos que alteraram o seu conteúdo. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

(A) É dispensável a licitação para a construção, a ampliação, a reforma e o aprimoramento de estabelecimentos penais, desde que configurada situação de grave e iminente risco à segurança pública

(B) É dever das unidades administrativas utilizarem-se de registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da Administração Pública

(C) Considerando o valor estimado da contratação, a modalidade licitatória para obras e serviços de engenharia será: convite até R\$ 150.000,00; tomada de preços até R\$ 1.500.000,00; e concorrência acima de R\$ 1.500.000,00

(D) É dispensável a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou ainda, pelas entidades equivalentes

♥36. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) Para José dos Santos Carvalho Filho, 3ª função administrativa é dentre todas a mais ampla, uma vez que é através dela que o Estado cuida da gestão de todos os seus interesses e os da coletividade”. Considerando o sentido material (ou objetivo) e o sentido subjetivo (ou orgânico) da Administração Pública, analise atentamente as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) O exercício das atividades administrativas pode se dar tanto de forma centralizada, prestada pela Administração Direta, composta pelos entes políticos e seus respectivos órgãos, quanto de forma descentralizada, em que há a transferência da prestação de serviços do ente para outra pessoa jurídica fora de sua estrutura.

( ) A desconcentração configura o deslocamento interno de competências dentro de uma mesma pessoa jurídica, com a possibilidade de criação de órgãos públicos especializados e subordinados, os quais se submetem a uma espécie de controle hierárquico.

( ) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

( ) São características comuns às entidades da Administração Pública Indireta, sejam de direito público ou privado: a existência de personalidade jurídica própria, a necessidade de lei específica (para sua criação ou autorização, a depender do caso), a criação para uma finalidade específica de interesse público definida em lei, a ausência de fins lucrativos e a submissão ao controle finalístico exercido pelo ente da Administração Direta. Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) V, F, F, V

(B) F, V, F, V

(C) V, V, F, V

(D) V, V, V, F

♥37. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) Para o exercício da função administrativa, em busca do interesse coletivo, o Estado se submete ao regime jurídico administrativo, o qual confere peculiaridades à atuação da Administração Pública. Nesse contexto, analise as afirmativas abaixo:

I. O Poder Hierárquico configura um poder de estruturação interna da atividade pública de uma pessoa jurídica, determinando uma relação de hierarquia e subordinação entre os seus órgãos e agentes. Tratam-se de prerrogativas oriundas desse poder a delegação e a avocação de competência.

II. São atributos do Poder de Polícia: a discricionariedade, compreendida pela privação de liberdade estabelecida em lei ao administrador para decidir perante o

caso concreto; a autoexecutoriedade, uma vez que o ato

é considerado obrigatório e admite o uso, pela Administração, de atos indiretos para forçar o cumprimento da determinação; e a coercibilidade, entendida como o direito

do ente estatal de dar cumprimento às suas próprias decisões, sem interferência do Poder Judiciário.

III. São elementos ou requisitos dos atos administrativos, segundo a doutrina majoritária, a forma, a competência, a finalidade, o objeto e o motivo. Como regra geral, consideram-se vinculados os dois primeiros e discricionários os três últimos.

IV. A tipicidade consiste em atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados, de modo que, para cada finalidade que a Administração pretende alcançar, existe um ato definido em lei.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (D) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas

♥38. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

O regime jurídico administrativo pode ser conceituado como o “conjunto de princípios que definem a lógica da atuação do ente público, a qual se baseia na existência de limitações e prerrogativas em face do interesse público”.

Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Havendo conflito entre os interesses da sociedade e as necessidades específicas de indivíduos, os primeiros deverão prevalecer, em virtude da posição privilegiada assegurada à Administração Pública quando se relaciona com particulares, fundamentada no Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado
- (B) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. Essa norma configura corolário do Princípio da Impessoalidade, expressamente previsto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988
- (C) O Princípio da Moralidade, embora goze de conceito jurídico indeterminado, visa estabelecer a obrigatoriedade de observância dos padrões éticos de conduta, para que se assegure o exercício da função pública de forma a atender as necessidades coletivas
- (D) A Administração Pública detém o poder de controlar os seus atos de ofício, mediante a anulação de atos praticados em suas atividades essenciais, quando ilegais, ou a revogação de atos importunos ou inconvenientes, sem que seja necessária a interferência do Poder Judiciário, com fundamento no Princípio da Intranscendência

♥39. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) A

responsabilidade civil do Estado brasileiro pelos danos causados a terceiros encontra-se disciplinada no artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo a teoria do risco integral, o ente público deve ser responsabilizado objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, sendo, contudo, admitida a exclusão da responsabilidade em determinadas situações, tais como culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior, haja vista ser o Estado garantidor universal de seus subordinados
- (B) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos não depende da comprovação de elementos subjetivos ou da ilicitude do ato
- (C) A Constituição Federal de 1988 admite ação de regresso do Estado em face do agente público que, nessa qualidade, causar danos a terceiros, cujo direito ao ressarcimento será aferido por meio da responsabilidade objetiva do agressor
- (D) As empresas públicas e sociedades de economia mista, enquanto exploradoras de atividade econômica, estão submetidas aos ditames da responsabilidade objetiva prevista no artigo 37, parágrafo 6º, da CF/88, uma vez que gozam das prerrogativas e sujeições inerentes ao regime jurídico administrativo

♥40. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) O

pregão consiste em modalidade licitatória prevista na Lei nº 10.520/2002. Desse modo, assinale a alternativa correta.

- (A) Pregão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação
- (B) O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, será de 8 (oito) dias úteis
- (C) No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais

baixo e os das ofertas com preços até 15% (quinze por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor

(D) É vedada a exigência de garantia de proposta, aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame e pagamento de taxas e emolumentos, ressalvadas as exceções previstas em lei

♥41. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) É

aplicável o regime da Lei nº 8.666 de 1993 aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração. Diante disso, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F):

( ) A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia apresentação do competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual poderá ser aprovado após sua constituição.

( ) Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão facultativamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

( ) Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês.

( ) As parcelas do convênio serão liberadas sempre em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) V, V, F, F

(B) V, F, V, V

(C) F, F, F, F

(D) F, V, V, V

♥42. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) A

respeito das modalidades, limites e dispensa de licitação pública, considere as disposições expressas na Lei nº 8.666 de 1993 e assinale a alternativa correta.

(A) Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, desde que adotado o procedimento licitatório sob a modalidade de concorrência ou tomada de preços

(B) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência

(C) É dispensável a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública

(D) Convite é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação

♥43. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) Os

contratos administrativos devem observar as normas gerais previstas na Lei nº 8.666 de 1993. Sendo assim, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F):

( ) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

( ) Constitui motivo para rescisão do contrato o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

( ) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

( ) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 10% (dez por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea

“a” da Lei nº 8.666/1993, feitas em regime de adiantamento.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) V, V, V, F

(B) V, V, F, V

(C) V, F, F, F

(D) F, V, F, V

♥44. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) As

normas atinentes ao processo administrativo no âmbito da

Administração Pública Federal estão consolidadas na Lei nº

9.784 de 1999. Sobre o tema, analise as afirmativas abaixo:

I. O ato de delegação é irrevogável e não será admitido

para a edição de atos de caráter normativo, para a decisão

de recursos administrativos e para as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

II. É impedido de atuar em processo administrativo o

servidor ou autoridade que tenha participado ou venha a

participar como perito, testemunha ou representante, ou

se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o segundo grau.

III. Encerrada a instrução, o interessado terá o direito

de manifestar-se no prazo máximo de dez dias, salvo se

outro prazo for legalmente fixado.

IV. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os

destinatários decai em cinco anos, contados da data em

que foram praticados, salvo comprovada má-fé. No caso

de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência

contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

Assinale a alternativa correta.

(A) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas

(B) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas

(C) Apenas as afirmativas I e II estão corretas

(D) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas

♥45. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

O Estatuto Jurídico da empresa pública, da sociedade de

economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

encontra-se regulamentado na Lei nº 13.303 de 2016. Sobre

o tema, assinale a alternativa correta:

(A) Desde que a maioria das ações com direito a voto

pertencam em sua maioria à União, aos Estados, ao

Distrito Federal ou aos Municípios, será admitida, no

capital da empresa pública, a participação de outras

pessoas jurídicas de direito público interno, bem como

de entidades da administração indireta dos entes federados

(B) Sociedade de economia mista é a entidade dotada

de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima,

cujas maioria do capital votante pertença em sua

maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos

Municípios ou a entidade da administração indireta

(C) Há expressa vedação legal em face das sociedades

de economia mista para o lançamento de debêntures

ou outros títulos ou valores mobiliários, conversíveis

em ações, bem como para emissão de partes beneficiárias

(D) O prazo de gestão dos membros do Conselho Fiscal, tanto para empresas públicas, como para sociedades de

economia mista, não poderá ser superior a dois

anos, permitidas duas reconduções consecutivas

♥46. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) O

Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento de

que as fundações públicas podem estar sujeitas ao regime

público ou privado, a depender de seu estatuto e das atividades prestadas. Com base na legislação administrativa

pertinente, assinale a alternativa incorreta.

(A) Fundação Pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos,

criada em virtude de autorização legislativa, para o

desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com

autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido

pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento

custeado por recursos da União e de outras fontes, segundo o Decreto-Lei 200 de 1967

(B) As fundações públicas instituídas ou mantidas sob

o controle do poder público da União, dos Estados, do

Distrito Federal e dos Municípios estão abrangidas no conceito de Administração Pública, ainda que dotadas de personalidade jurídica de direito privado

(C) As fundações públicas de direito privado são dispensadas do regime jurídico da Lei nº 8.666 de 1993, por expressa determinação legal, em virtude da incidência integral das normas de direito civil

(D) São exemplos de fundações públicas a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

♥47. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo Ato de Improbidade sujeito às cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato. Acerca das penas previstas na Lei da Improbidade Administrativa nº 8.429/1992, assinale a alternativa incorreta.

(A) Na hipótese de atos de improbidade administrativa que importem enriquecimento ilícito, haverá perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 8 (oito) a 10 (dez) anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos

(B) Na hipótese de atos de Improbidade Administrativa que causem prejuízo ao erário, haverá ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 5 (cinco) anos

(C) Na fixação das penas previstas nessa Lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente

(D) Na hipótese de atos de Improbidade Administrativa que atentam contra os princípios da administração pública, ocorrerá a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos e multa civil de até 3 (três) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido

♥48. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

No que diz respeito à Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), analise as afirmativas abaixo.

I. Utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

II. Praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.

III. Descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas. IV. Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares, ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.

Assinale a alternativa correta

(A) Apenas a afirmativa I refere-se aos Atos de Improbidade Administrativa que causam prejuízo ao erário

(B) Apenas a afirmativa II refere-se aos Atos de Improbidade Administrativa que importam enriquecimento ilícito

(C) Apenas a afirmativa III refere-se aos Atos de Improbidade Administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública

(D) Apenas a afirmativa IV refere-se aos atos de Improbidade Administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública

♥49. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) Acerca do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/1990), analise as afirmativas abaixo e de valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

( ) O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases: inquérito administrativo, com a publicação do ato que constituir a comissão; instauração, que compreende instrução, defesa e relatório; e julgamento.

( ) O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, observado o disposto no § 3º do art. 143, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

( ) O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) F,V,V,F

(B) V,F,V,V

(C) F,V,F,V

(D) V,F,V,F

♥50. (CGE-RN – TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO –

IBFC – 2019) De acordo com a Lei nº 10.520/2002, sobre a fase externa do pregão, analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) A convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo em jornal de circulação local, e facultativamente por meios eletrônicos e conforme vulto da licitação, em jornal de grande circulação.

( ) O prazo fixado para apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 10 dias úteis.

( ) No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores aquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

( ) Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de maior preço.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) F, F, F, F

(B) V, V, F, V

(C) V, V, V, V

(D) V, F, V, F

♥51. (CGE-RN – TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO –

IBFC – 2019) Dentre os motivos regidos pela Lei Federal nº 8.666/93 para rescisão do contrato, analise os itens abaixo e assinale a alternativa incorreta.

(A) A paralisação da obra, do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração

(B) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos

(C) O atraso superior a 120 dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de situação

(D) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado

♥52. (CGE-RN – TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO – IBFC

– 2019) Os contratos regidos pela Lei Federal nº 8.666/93

poderão ser alterados, com as devidas justificativas. Analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

(A) Unilateralmente pela Administração, quando conveniente a substituição da garantia de execução

(B) Unilateralmente pela Administração, quando houver modificação do projeto ou das especificações

(C) Por acordo das partes, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição qualitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta lei

(D) Por acordo das partes, quando necessária a modificação da forma de recebimento

♥53. (CGE-RN – TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO –

IBFC – 2019) O regime jurídico dos contratos administrativos estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 confere à administração algumas prerrogativas. Com relação a eles, analise as prerrogativas abaixo e assinale a alternativa incorreta.

(A) Fiscalizar a execução

(B) Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado

- (C) Reincidi-los, unilateralmente
- (D) Aplicar penalidades motivadas pela inexecução total do ajuste

♥54. (CGE-RN – TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO –

IBFC – 2019) Assinale a alternativa correta quanto aos tipos de licitação, conforme a Lei Federal nº 8.666/93:

- (A) Técnica e preço, maior lance, melhor técnica e menor preço
- (B) Menor preço, convite, leilão e tomada de preços
- (C) Concorrência, tomada de preços, leilão e convite
- (D) Convite, maior lance, menor preço e leilão

♥55. (CGE-RN – TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO –

IBFC – 2019) Considerando o disposto na Lei Federal nº

8.666/93, sobre as modalidades de licitação, analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) Convite é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios do edital publicado com antecedência de 45 dias.

( ) Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data de recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

( ) Tomada de Preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

( ) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados ou para alienação de bens imóveis.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, V, V, V
- (B) V, V, F, F
- (C) F, F, F, V
- (D) F, F, F, F

♥56. (CGE-RN – TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO – IBFC

– 2019) De acordo com a Lei Federal nº 8666/93, que rege as

licitações e os contratos administrativos, as obras e os serviços, somente poderão ser licitados se cumprirem alguns pré-requisitos. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. Houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.

II. O produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

III. Houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de

obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.

IV. Existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.

- (A) As afirmativas I, II, III e IV estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (D) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas

♥57-IBFC - 2020 - CBM-BA - SOLDADO

Os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresenta um exemplo de órgão público.

- (A) Banco do Brasil
- (B) Caixa Econômica Federal
- (C) Ministério da Justiça e Segurança Pública
- (D) Petrobrás
- (E) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

♥58-IBFC - 2020 - CBM-BA - SOLDADO

Sobre os poderes da Administração Pública e as diretrizes do Direito Administrativo, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) Poder disciplinar é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.

( ) O poder disciplinar é idêntico ao poder de polícia, não havendo diferenças.

( ) O poder normativo pode ser caracterizado como a



emanação de atos com efeitos gerais e abstratos, que não podem contrariar a lei.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, V, V
- (B) V, V, F
- (C) V, F, V
- (D) F, F, V
- (E) F, V, V

♥59 (IBFC - 2020 - CBM-BA – SOLDADO)

No que diz respeito à extinção dos atos administrativos, analise as afirmativas abaixo.

I. A extinção do ato administrativo por razões de ilegalidade denomina-se anulação.

II. A extinção de um ato administrativo válido, por razões de conveniência e oportunidade, denomina-se revogação.

III. A anulação somente pode ser feita pelo Poder Judiciário.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) Apenas a afirmativa I está correta
- (E) Apenas a afirmativa II está correta

♥60. (IBFC - 2018 - PM-SE - SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR)

Assinale a alternativa que apresenta características inerentes aos contratos administrativos:

- (A) prazo indeterminado e comutatividade
- (B) caráter personalíssimo e presença de cláusulas exorbitantes
- (C) imutabilidade e equilíbrio negocial
- (D) informalidade e onerosidade

♥61. (IBFC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRE AM)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2014)

Com relação ao Princípio da Supremacia do interesse público sobre o interesse privado, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Pode ser invocado, inclusive ao arrepio do direito posto, já que inerente ao convívio social.
- (B) Não se radica em dispositivo algum da Constituição Federal, ainda que inúmeros aludem ou impliquem manifestações concretas dele, como os princípios da função social da propriedade ou do meio ambiente.
- (C) É princípio geral de Direito inerente a qualquer sociedade, sendo sua própria condição de existência.
- (D) Permite à Administração a possibilidade de, nos termos da lei, de construir terceiros em obrigações mediante atos unilaterais.

♥62. (IBFC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRE AM)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2014)

Pode ser chamado de "princípio da proibição do excesso", o Princípio da:

- (A) Legalidade.
- (B) Impessoalidade ou Finalidade.
- (C) Razoabilidade.
- (D) Segurança Jurídica.

♥63. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/REMOÇÃO/2014)

A doutrina e a jurisprudência reconhecem à Administração a faculdade de anular seus próprios atos, por vício de ilegalidade, ou revogá-los por razões de mérito. Essa possibilidade é inerente ao princípio da:

- (A) Supremacia do interesse público sobre o particular.
- (B) Autoexecutoriedade.
- (C) Autotutela.
- (D) Imperatividade.

♥64. (IBFC - ANALISTA DE PROMOTORIA (MPE SP)/AGENTE DE PROMOTORIA/2013)

O princípio da especialidade decorre dos princípios da:

- (A) Legalidade e da impessoalidade.
- (B) Publicidade e da eficiência.
- (C) Moralidade e da publicidade.
- (D) Isonomia e da impessoalidade.
- (E) Legalidade e da indisponibilidade do interesse público.

♥65. (IBFC - ANALISTA DE PROMOTORIA (MPE SP)/  
AGENTE DE PROMOTORIA/2013)

João, servidor público estadual lotado em unidade administrativa localizada no Município de Atrasópolis, pediu a sua transferência para outra unidade, situada no Município onde reside. O seu pleito foi indeferido pela autoridade competente, sob o fundamento de que a sua movimentação não interessa ao serviço público. Nesse caso, foi

predominante o princípio:

- (A) Da motivação.
- (B) Da razoabilidade.
- (C) Da moralidade.
- (D) Da supremacia do interesse público.
- (E) Da autotutela.

♥66. (IBFC - OFICIAL DE CARTÓRIO (PC RJ)/2013)

A Constituição Federal e o ordenamento jurídico em geral consagram explicitamente alguns princípios orientadores de toda a atividade da Administração Pública. Assinale a alternativa em que os dois princípios citados decorrem implicitamente do ordenamento jurídico:

- (A) Proporcionalidade e razoabilidade.
- (B) Finalidade e motivação.
- (C) Ampla defesa e contraditório.
- (D) Segurança jurídica e interesse público.
- (E) Autotutela e continuidade dos serviços públicos.

♥67. (IBFC - PESQUISADOR-TECNOLOGISTA EM INFORMAÇÕES E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS (INEP)/  
ÁREA IV/2012)

Leia com atenção e indique a alternativa correta que preencha as lacunas:

O \_\_\_\_\_ se relaciona ao fato de que a Administração Pública não poderá se afastar do seu objetivo maior, que é o alcance do interesse público. Portanto, ainda que o agente tenha a opção discricionária para a prática de seus atos, terá sempre como elemento mediador o interesse público;

- (A) Princípio da Finalidade.
- (B) Princípio da Moralidade.
- (C) Princípio da Isonomia.
- (D) Princípio da publicidade.
- (E) Princípio da impessoalidade.

♥68. (IBFC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRE PA)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2020)

Ponto de Exclamação Atenção: Esta é uma questão com gabarito preliminar.

No que diz respeito aos atos da Administração e aos atos administrativos, analise as afirmativas abaixo:

I. A expressão "ato da Administração" tem servido mais amplo do que a expressão "ato administrativo", que abrange apenas determinada categoria de atos praticados no exercício da função administrativa.

II. Os atos de direito privados exercidos pela Administração Pública são espécies dos chamados "atos da Administração".

III. É possível definir ato administrativo como a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas

♥69. (IBFC - CONSULTOR LEGISLATIVO (CM ARARAQUARA)/2018)

Analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro

(V) ou Falso (F).

( ) Ato administrativo é um ato jurídico, uma declaração de vontade do Estado destinada a produzir efeitos jurídicos.

( ) O ato jurídico, não faz parte do gênero fato jurídico.

( ) Fato jurídico é qualquer acontecimento a que o Direito imputa efeitos jurídicos e, por isso, fato jurídico pode ser um evento material ou uma conduta humana.

( ) Ato administrativo é o meio pelo qual a Administração Pública exprime uma declaração de natureza constitutiva, declaratória, modificativa ou extintiva.

( ) Fato administrativo é o meio pelo qual a Administração Pública não executa materialmente um ato.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, V, V, F, F

- (B) F, F, F, V, F
- (C) F, F, V, F, V
- (D) V, F, V, V, V
- (E) V, F, V, V, F

♥70. (IBFC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRE AM)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2014)

Com relação aos "atos da Administração" e aos "atos administrativos", assinale a alternativa CORRETA:

- (A) São conceitos sinônimos, já que sujeitos ao mesmo regime jurídico.
- (B) Não podem ser considerados atos administrativos os atos exercidos no uso de prerrogativas públicas, portanto, de autoridade, sob regência do Direito Público.
- (C) São atos administrativos os atos políticos ou de governo.
- (D) Há atos que não são praticados pela Administração Pública, mas que devem ser incluídos entre os atos administrativos, por exemplo, aqueles relativos à vida funcional dos servidores do Poder Judiciário.

♥71. (IBFC - 2020 - PM-BA - SOLDADO)

Sobre discricionariedade, vinculação e os elementos do ato administrativo, analise as afirmativas abaixo.

I. Discricionariedade é sinônimo de arbitrariedade.

II. A discricionariedade é verificada quando a lei deixa certa margem de liberdade de decisão diante do caso concreto, de tal modo que a autoridade poderá optar por uma dentre várias soluções possíveis, todas válidas perante o direito.

III. O exercício da discricionariedade comumente é verificado nos elementos motivo e objeto do ato administrativo.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) Apenas a afirmativa I está correta
- (E) Apenas a afirmativa II está correta

♥72. (IBFC - 2020 - PM-BA - SOLDADO)

Acerca dos Poderes da Administração Pública, em especial o Poder de Polícia, analise as afirmativas abaixo.

I. A polícia administrativa rege-se pelo Direito Administrativo, incidindo sobre bens, direitos ou atividades.

II. Costuma-se apontar como atributos do poder de polícia a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade.

III. A polícia judiciária rege-se pelo Direito Processual Penal, incidindo sobre pessoas.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) Apenas a afirmativa I está correta
- (E) Apenas a afirmativa II está correta

♥73. (IBFC - 2020 - PM-BA - SOLDADO)

No que se refere aos atributos dos atos administrativos, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) A imperatividade é um atributo do ato administrativo.

( ) A autoexecutoriedade é um atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

( ) Para que um ato administrativo esteja em consonância com a lei e seja presumido legítimo é necessário uma intervenção estatal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, V, V
- (B) V, V, F
- (C) V, F, V
- (D) F, F, V
- (E) F, V, F

♥74. (IBFC - 2020 - PM-BA - SOLDADO)

O artigo 37, parágrafo 1º, da Constituição Federal de 1988 dispõe o seguinte:

" § 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter

educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”

A expressão destacada tem relação com um princípio da Administração Pública encontrado na Constituição Federal. Assinale a alternativa correta que apresenta esse princípio.

- (A) Princípio da especialidade
- (B) Princípio da tutela
- (C) Princípio da impessoalidade
- (D) Princípio da hierarquia
- (E) Princípio da continuidade do interesse público

♥75. (IBFC - 2017 - PM-BA - SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR)

Analisar os itens a seguir e considere a classificação dos atos administrativos para assinalar a alternativa correta.

- (A) Quanto às prerrogativas com que atua a Administração, os atos podem ser simples ou compostos, sendo estes últimos os praticados pela Administração em situação de igualdade com os particulares, para a conservação e desenvolvimento do patrimônio público e para a gestão de seus serviços
- (B) Quanto à formação da vontade, os atos administrativos podem ser simples, complexos e compostos, sendo estes últimos os que decorrem da declaração de vontade de um único órgão, seja ele singular ou colegiado
- (C) Quanto à formação da vontade, os atos administrativos podem ser unitários, ditados e componentes, sendo estes últimos os que decorrem da declaração de vontade de um único órgão, seja ele singular ou colegiado
- (D) Quanto às prerrogativas com que atua a Administração, os atos podem ser de império e de gestão, sendo estes últimos os praticados pela Administração em situação de igualdade com os particulares, para a conservação e desenvolvimento do patrimônio público e para a gestão de seus serviços
- (E) Quanto aos destinatários, os atos administrativos podem ser gerais e individuais, sendo que ambos os casos atingem todas as pessoas que se encontram na mesma situação

♥76. (IBFC - 2017 - PM-BA - SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR)

Assinale a alternativa que corresponde ao atributo do ato administrativo, segundo o qual, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração. Assim ocorre com relação às certidões, atestados, declarações, informações por ela fornecidos, todos dotados de fé pública.

- (A) Presunção de legalidade
- (B) Presunção de dualidade
- (C) Presunção de veracidade
- (D) Presunção de economicidade
- (E) Presunção de gratuidade

♥77. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) A

licitação visa buscar a satisfação do interesse público e garantir a isonomia das contratações públicas. Sobre o tema, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F):

- ( ) O Sistema de Registro de Preços não poderá ser adotado quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, em razão de vedação legal expressa no Decreto nº 7.892/2013.
- ( ) É vedada a realização, sem projeto executivo, de obras e serviços de engenharia para cuja concretização tenha sido utilizado o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), qualquer que seja o regime adotado.
- ( ) A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados, sendo que, no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- ( ) A Administração Pública poderá, nos editais de licitação para a contratação de serviços, exigir da contratada que um percentual mínimo de sua mão de obra seja oriundo ou egresso do sistema prisional, com a finalidade de ressocialização do reeducando, na forma estabelecida em regulamento.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, F, V, V
- (B) F, V, V, V
- (C) V, V, F, F

(D) F, F, F, V

♥78. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) Em relação aos princípios que regem o regime jurídico administrativo, analise as afirmativas abaixo:

I. Em razão do Princípio da Intranscendência Subjetiva das Sanções, não pode ocorrer ou permanecer a inscrição do município em cadastros restritivos fundada em irregularidades na gestão anterior quando, na gestão sucessora, são tomadas as providências cabíveis à reparação dos danos eventualmente cometidos.

II. O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do artigo 7º, inciso XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido, sendo este um reflexo do Princípio da Impessoalidade.

III. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. Este enunciado trata, sobretudo, do Princípio da Legalidade.

IV. A Administração Pública pode anular seus próprios atos quando estes forem ilegais. No entanto, se a invalidação do ato administrativo repercute no campo de interesses individuais, faz-se necessária a instauração de procedimento administrativo, em respeito aos princípios do devido processo legal e da ampla defesa.

Assinale a alternativa correta.

(A) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas

(B) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas

(C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas

(D) As afirmativas I, II, III e IV estão corretas

♥79. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) Sobre a Administração Pública, enquanto conjunto estrutural de órgãos e entidades voltados à execução das atividades públicas, assinale a alternativa correta.

(A) Pela teoria da institucionalização, determinados órgãos públicos, não obstante não tenham personalidade jurídica própria, em virtude de sua atuação, podem ganhar “vida própria”, por conta de sua história existencial, como é o caso do Exército Brasileiro

(B) O Poder Executivo poderá qualificar como Agência Reguladora a autarquia ou fundação que tenha um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento e tenha celebrado Contrato de Gestão com o respectivo Ministério supervisor

(C) Prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da prática do ato abusivo, a ação de reparação em face do acionista controlador da empresa pública e da sociedade de economia mista, proposta pela sociedade, pelo terceiro prejudicado ou pelos demais sócios

(D) É permitida a participação remunerada de membros da administração pública, direta ou indireta, em mais de 2 (dois) conselhos, de administração ou fiscal, de empresa pública, de sociedade de economia mista ou de suas subsidiárias

♥80. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

Com relação aos Atos de Improbidade Administrativa, considere os pronunciamentos dos tribunais superiores, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F):

( ) Independentemente de as condutas dos Prefeitos e Vereadores serem tipificadas como infração penal ou infração político-administrativa previstas no Decreto-Lei nº 201/67, a responsabilidade civil por ato de improbidade administrativa é autônoma e deve ser apurada em instância diversa.

( ) A nomeação do cônjuge de prefeito para o cargo de Secretário Municipal, por se tratar de cargo público, viola o disposto na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal e, por si só, caracteriza ato de improbidade administrativa.

( ) A conduta de contratar diretamente serviços técnicos sem demonstrar a singularidade do objeto contratado e a notória especialização, e com cláusula de remuneração abusiva, fere o dever do administrador de agir na estrita legalidade e moralidade que norteiam a Administração Pública, amoldando-se ao ato de improbidade administrativa tipificado no art. 11 da Lei de Improbidade.

( ) Configura ato de improbidade a conduta do agente

político de intervir na liberação de preso para comparecimento em enterro de sua avó, ainda que não esteja presente o dolo de violar princípio constitucional regulador da Administração Pública.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, F, V, F
- (B) V, V, F, F
- (C) F, F, V, V
- (D) F, V, F, V

♥81. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) As

entidades que fazem parte do terceiro setor, também designadas como entes paraestatais, não integram a estrutura da Administração Pública, mas cooperam com o Estado no desempenho de atividades não lucrativas.

Sobre o

tema, assinale a alternativa correta:

- (A) O Poder Executivo poderá qualificar como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos previstos em lei, cujo vínculo com o Poder Público é efetivado mediante a celebração de contrato de gestão
- (B) Podem qualificar-se como Organizações Sociais as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por lei
- (C) Os serviços sociais autônomos integrantes do denominado Sistema “S”, embora não integrem a Administração Pública, colaboram com ela na execução de atividades de relevante significado social, razão pela qual estão submetidos à exigência de concurso público para a contratação de pessoal, nos moldes do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988
- (D) O vínculo das entidades de apoio com o Poder Público decorre da assinatura de convênio, que lhe garante a destinação de valores públicos, com dotação orçamentária específica, além da possibilidade de cessão de bens públicos e, até mesmo, a cessão de servidores

♥82. (EBSERH – ANALISTA ADMINISTRATIVO – IBFC –

2020) Em relação ao Decreto nº 6.170/2007 e a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011 que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, assinale a alternativa correta.

- (A) A celebração de contratos pode ser realizada com entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público
- (B) É vedada a celebração de convênios visando à realização de serviços ou execução de obras a serem custeadas, ainda que apenas parcialmente, com recursos externos sem prévia contratação da operação de crédito externo
- (C) Os contratos podem ser realizados com dirigentes de órgãos ou entidades da administração pública, de qualquer esfera governamental
- (D) Os convênios podem ser realizados entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal, casos em que deverão ser firmados termos de cooperação
- (E) Os contratos e convênios podem ser realizados com entidades públicas ou privadas com recursos externos e sem a prévia contratação da operação de crédito externo

♥83. (EBSERH – ANALISTA ADMINISTRATIVO – IBFC –

2020) O Artigo 4º da Lei 12.462/2011 que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) determina as diretrizes nas licitações e contratos que trata esta Lei. Em relação a algumas diretrizes, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Padronização do objeto da contratação relativamente às especificações técnicas e de desempenho e, quando for o caso, às condições de manutenção, assistência técnica e de garantia oferecidas
- (B) Padronização de instrumentos convocatórios e minutas de contratos, previamente aprovados pelo órgão jurídico competente
- (C) Utilização de informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, em relação ao objeto, visando à ampla participação das instituições no processo de licitação e dos contratos, respeitando a Lei em vigor
- (D) Busca da maior vantagem para a administração pública, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância
- (E) Utilização, sempre que possível, nas planilhas de

custos constantes das propostas oferecidas pelos licitantes, de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do respectivo objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação

♥84. (EBSERH – ANALISTA ADMINISTRATIVO – IBFC – 2020) O Decreto nº 7.892/2013 regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP) previsto no Artigo 15 da Lei nº 8.666/1993. A Lei determina que o SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses apresentadas nas afirmativas a seguir:

- I. Quando, pela natureza do objeto, for possível definir previamente o qualitativo a ser demandado para todos os fornecedores participantes das propostas apresentadas.
- II. Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes.
- III. Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas a afirmativa III está correta
- (D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (E) Apenas a afirmativa I está correta

♥85. (EBSERH – ANALISTA ADMINISTRATIVO – IBFC – 2020) A modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns está regulamentada pela Lei nº 10.520/2002. Sobre a fase preparatória do pregão, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- ( ) No âmbito das funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio, poderão ser desempenhadas pelo interessados, constantes nos autos de procedimento e no referido inciso da Constituinte, desde que apoiados nos elementos técnicos elaborados pelo órgão ou entidade promotora da licitação.
- ( ) A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.
- ( ) A autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) F, V, F
- (B) F, F, V
- (C) V, F, V
- (D) V, V, F
- (E) F, V, V

♥86. (EBSERH – ANALISTA ADMINISTRATIVO – IBFC

– 2020) Em consonância com a legislação, os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada aos contratos a concorrência de natureza específica que possam executar empresas com especialidades diversas daquela que foi a executora da obra ou serviço
- (B) É aceita a utilização da modalidade de contrato convite ou tomada de preços, conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente
- (C) Para a aquisição de um contrato, por pessoa jurídica de direito público interno, os bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública, é necessário que tenha sido criado para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado

(D) Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam

(E) Os contratos decorrentes de indexação ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato de contratação que os autorizou, incumbido regimentalmente ou estatutariamente, na respectiva proposta do regime de execução

♥87. (EBSERH – ANALISTA ADMINISTRATIVO – IBFC –

2020) A Lei nº 8.666/1993 institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. A lei citada considera

algumas definições específicas para obra, serviço, tarefa, execução, compra, alienação, entre outros. Analise os itens a seguir que abordam alguns aspectos citados.

I. Serviço – toda atividade a obter determinada utilidade de interesse para a Administração.

II. Tarefa – quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.

III. Execução direta e indireta – conjunto de elementos

necessários para caracterizar a obra ou serviço, assegurando a definição dos métodos e identificando os elementos constitutivos com clareza.

Assinale a alternativa correta.

(A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas

(B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas

(C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas

(D) Apenas a afirmativa II está correta

(E) Apenas a afirmativa I está correta

♥88. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) No

que diz respeito às mudanças institucionais, em especial com relação às agências executivas, analise as afirmativas abaixo.

I. Agência executiva é a qualificação dada à autarquia ou fundação que celebre contrato de gestão com o órgão da Administração Direta a que se acha vinculada, para a melhoria da eficiência e redução de custos.

II. O Poder Executivo poderá qualificar como Agência

Executiva a autarquia ou fundação que tenha cumprido os

seguintes requisitos: I - ter um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento; II - ter celebrado contrato de gestão com o respectivo Ministério supervisor.

III. A qualificação como Agência Executiva será feita

em ato do Ministro da Justiça.

Assinale a alternativa correta.

(A) As afirmativas I, II e III estão corretas

(B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas

(C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas

(D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas

♥89. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) No

que se refere às disposições da Lei nº 11.107/2005 sobre os consórcios públicos, assinale a alternativa correta.

(A) Não é possível cessão de servidores entre os entes consorciados

(B) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções

(C) O consórcio público terá sempre personalidade jurídica de direito privado

(D) O denominado termo de fomento permite aos entes consorciados entregarem os recursos ao consórcio público

♥90. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

Quanto a uma hipótese de cláusula necessária do contrato administrativo, assinale a alternativa incorreta.

(A) O objeto e seus elementos característicos

(B) O regime de execução ou a forma de fornecimento

(C) As garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas

(D) As hipóteses de aproveitamento dos projetos básico e executivo dos demais licitantes

♥91. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) A

alienação de bens da Administração Pública, subordinada

à existência de interesse público devidamente justificado,

será precedida de avaliação e obedecerá às normas estabelecidas pela Lei nº 8.666/1993. Sobre o assunto, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso

(F):



( ) A alienação de bens imóveis dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nas hipóteses legalmente previstas.

( ) A alienação de bens móveis, dependerá de autorização legislativa para os órgãos da Administração Pública direta e indireta, avaliação prévia e licitação na modalidade concorrência, dispensada está nas hipóteses legalmente previstas.

( ) Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, V, V
- (B) V, V, F
- (C) V, F, V
- (D) F, F, V

♥92. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

Com relação às definições da Lei nº 8.666/1993 estabelecidas em seu artigo 6º, assinale a alternativa correta.

- (A) Serviço é toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente
- (B) Compra é toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta
- (C) Execução indireta é a que é feita pelos órgãos e entidades da Administração, pelos próprios meios
- (D) Seguro-Garantia é o seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas por empresas em licitações e contratos

♥93. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

Acerca das disposições da Lei nº 9.784/99 sobre os recursos no processo administrativo, analise as afirmativas abaixo:

- I. O recurso administrativo terá efeito suspensivo, salvo disposição legal em contrário.
- II. Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- III. O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas

♥94. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) A

Lei nº 9.784/99 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Considere as disposições legais e o entendimento dos tribunais superiores sobre os direitos e deveres dos administrados nesta seara e assinale a alternativa incorreta.

- (A) É direito do administrado fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei
- (B) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar, por si só, ofende a Constituição Federal de 1988 e gera nulidade ao procedimento, por configurar ofensa ao direito constitucional que assegura o contraditório e a ampla defesa
- (C) É direito do administrado ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações, consubstanciado no princípio da urbanidade
- (D) São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo: proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé; expor os fatos conforme a verdade; não agir de modo temerário; e prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos

♥95. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

Acerca dos elementos do ato administrativo e do processo administrativo, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir
- (B) Objeto ou conteúdo é o efeito jurídico imediato que o ato produz
- (C) O motivo sucede à prática do ato, porque corresponde a algo que a Administração quer alcançar com a sua edição
- (D) Segundo a teoria dos motivos determinantes,

quando a Administração motiva o ato, mesmo que a lei não exija a motivação, ele só será válido se os motivos forem verdadeiros

♥96. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) No

que diz respeito aos atos da Administração e aos atos administrativos, analise as afirmativas abaixo:

I. A expressão “ato da Administração” tem sentido mais amplo do que a expressão “ato administrativo”, que abrange apenas determinada categoria de atos praticados no exercício da função administrativa.

II. Os atos de direito privados exercidos pela Administração Pública são espécies dos chamados “atos da Administração”.

III. É possível definir ato administrativo como a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas

♥97. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) Assinale a alternativa que apresenta corretamente um conceito possível de “Terceiro Setor”.

- (A) Entidades privadas com fins lucrativos que executam atividades de interesse público
- (B) Entidades públicas sem fins lucrativos que executam atividades de interesse público
- (C) Entidades privadas sem fins lucrativos que executam atividades de interesse público
- (D) Entidades públicas com fins lucrativos que executam atividades de interesse particular

♥98. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) Assinale a alternativa que apresenta corretamente um conceito de Desconcentração Administrativa.

- (A) Distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica
- (B) Distribuição interna de competências, ou seja, uma distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica
- (C) Distribuição de competências de uma pessoa jurídica integrante da Administração Pública para uma pessoa física
- (D) Distribuição de competências de uma pessoa física integrante da Administração Pública para uma pessoa jurídica

♥99. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

Acerca do procedimento administrativo e do processo judicial (improbidade administrativa lei nº 8.429/1992), assinale a alternativa incorreta.

- (A) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade
- (B) Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 30 (trinta) dias
- (C) Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito
- (D) A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar

♥100. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

No que diz respeito à Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), analise as afirmativas abaixo.

- I. Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- II. Facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta Lei.

III. Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.

IV. Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

Assinale a alternativa correta.

- (A) A afirmativa I refere-se aos Atos de Improbidade

Administrativa que atentam contra os princípios da administração pública

(B) A afirmativa III refere-se aos Atos de Improbidade

Administrativa que atentam contra os princípios da administração pública

(C) A afirmativa II refere-se dos Atos de Improbidade

Administrativa que importam enriquecimento ilícito

(D) A afirmativa IV refere-se aos Atos de Improbidade

Administrativa que causam prejuízo ao erário

♥101. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

O servidor responde civil, penal e administrativamente

pelo exercício irregular de suas atribuições. Analise o texto

abaixo e assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

“A responsabilidade \_\_\_\_\_ abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.” “A

responsabilidade \_\_\_\_\_ decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário

ou a terceiros.”<sup>3</sup>A responsabilidade \_\_\_\_\_ do servidor

será afastada no caso de absolvição criminal que negue a

existência do fato ou sua autoria.” “As sanções civis, penais

e administrativas poderão cumular-se, sendo \_\_\_\_\_ entre

si.”

(A) penal / civil / administrativa / independentes

(B) civil / administrativa / penal / independentes

(C) penal / administrativa / civil / dependentes

(D) penal / civil / administrativa / dependentes

♥102. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

Acerca do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da

União (Lei nº 8.112/1990), analise as afirmativas abaixo e

dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros,

são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

( ) Os requisitos básicos para investidura em cargo público estão contidos no artigo 5º e portanto, as atribuições do cargo não podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

( ) O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

( ) A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) F, V, V, F

(B) V, V, F, F

(C) F, V, F, V

(D) V, F, V, V

♥103. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

O controle administrativo pode ser conceituado como “o

conjunto de instrumentos definidos pelo ordenamento jurídico a fim de permitir a fiscalização da atuação estatal por órgãos e entidades da própria Administração Pública, dos Poderes Legislativos e Judiciário, assim como pelo povo”. Nesse sentido, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) O Brasil adota o sistema de jurisdição única quanto ao controle da Administração Pública, razão pela qual não é possível a provocação do Poder Judiciário para análise de controvérsias antes do esgotamento das instâncias administrativas.

( ) O controle administrativo decorre do poder de autotutela conferido à Administração Pública que deve efetivar a fiscalização e revisão de seus atos, mediante provocação ou de ofício, com a finalidade de verificar os aspectos de ilegalidade ou inconveniência do ato.

( ) O controle legislativo, realizado no âmbito do parlamento e dos órgãos auxiliares do Poder Legislativo, inclui o controle político sobre o próprio exercício da função administrativa e o controle financeiro sobre a gestão dos gastos públicos dos três poderes.

( ) A ação popular é considerada pela doutrina como remédio constitucional que pode ser utilizado por pessoas

físicas ou jurídicas para provocar o controle judicial, visando a anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

Assinale a alternativa que representa a sequência correta de cima para baixo:

(A) V, F, V, F

(B) V, V, V, F

(C) F, V, V, F

(D) F, F, F, V

♥104. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

Quanto ao procedimento e julgamento de licitação, leia abaixo o disposto no parágrafo 3º do artigo 45 da Lei nº 8.666 de 1993:

“Art. 45. § 3º

. No caso da licitação do tipo \_\_\_\_\_, entre os licitantes considerados qualificados a classificação se dará pela \_\_\_\_\_, prevalecendo, no caso de empate, \_\_\_\_\_ o critério previsto no parágrafo anterior”.

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

(A) “melhor técnica” / ordem decrescente de pontuação / facultativamente

(B) “menor preço” / ordem crescente dos preços propostos / exclusivamente

(C) “técnica e preço” / ordem crescente dos preços propostos / facultativamente

(D) “maior lance ou oferta” / ordem decrescente das ofertas ou dos lances propostos / exclusivamente

♥105. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) As

normas para licitações e contratos da Administração Pública encontram-se, sobretudo, disciplinadas na Lei nº 8.666 de 1993. Todavia, sua leitura deve ser acompanhada dos documentos normativos que alteraram o seu conteúdo.

Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

(A) É dispensável a licitação para a construção, a ampliação, a reforma e o aprimoramento de estabelecimentos penais, desde que configurada situação de grave e iminente risco à segurança pública

(B) É dever das unidades administrativas utilizarem-se de registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da Administração Pública

(C) Considerando o valor estimado da contratação, a modalidade licitatória para obras e serviços de engenharia será: convite até R\$ 150.000,00; tomada de preços até R\$ 1.500.000,00; e concorrência acima de R\$ 1.500.000,00

(D) É dispensável a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou ainda, pelas entidades equivalentes

♥106. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

Para José dos Santos Carvalho Filho, “a função administrativa é dentre todas a mais ampla, uma vez que é através dela que o Estado cuida da gestão de todos os seus interesses e os da coletividade”. Considerando o sentido material (ou objetivo) e o sentido subjetivo (ou orgânico) da Administração Pública, analise atentamente as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) O exercício das atividades administrativas pode se dar tanto de forma centralizada, prestada pela Administração Direta, composta pelos entes políticos e seus respectivos órgãos, quanto de forma descentralizada, em que há a transferência da prestação de serviços do ente para outra pessoa jurídica fora de sua estrutura.

( ) A desconcentração configura o deslocamento interno de competências dentro de uma mesma pessoa jurídica, com a possibilidade de criação de órgãos públicos especializados e subordinados, os quais se submetem a uma espécie de controle hierárquico.

( ) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

( ) São características comuns às entidades da Administração Pública Indireta, sejam de direito público ou privado: a existência de personalidade jurídica própria, a necessidade de lei específica (para sua criação ou autorização, a depender do caso), a criação para uma finalidade específica de interesse público definida em lei, a ausência de fins lucrativos e a submissão ao controle finalístico exercido pelo ente da Administração Direta.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) V, F, F, V

(B) F, V, F, V

(C) V, V, F, V

(D) V, V, V, F

♥107. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) Para

o exercício da função administrativa, em busca do interesse coletivo, o Estado se submete ao regime jurídico administrativo, o qual confere peculiaridades à atuação da Administração Pública. Nesse contexto, analise as afirmativas abaixo:

I. O Poder Hierárquico configura um poder de estruturação interna da atividade pública de uma pessoa jurídica, determinando uma relação de hierarquia e subordinação entre os seus órgãos e agentes. Tratam-se de prerrogativas oriundas desse poder a delegação e a avocação de competência.

II. São atributos do Poder de Polícia: a discricionariedade, compreendida pela privação de liberdade estabelecida em lei ao administrador para decidir perante o caso concreto; a autoexecutoriedade, uma vez que o ato é considerado obrigatório e admite o uso, pela Administração, de atos indiretos para forçar o cumprimento da determinação; e a coercibilidade, entendida como o direito do ente estatal de dar cumprimento às suas próprias decisões, sem interferência do Poder Judiciário.

III. São elementos ou requisitos dos atos administrativos, segundo a doutrina majoritária, a forma, a competência, a finalidade, o objeto e o motivo. Como regra geral, consideram-se vinculados os dois primeiros e discricionários os três últimos.

IV. A tipicidade consiste em atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados, de modo que, para cada finalidade que a Administração pretende alcançar, existe um ato definido em lei.

Assinale a alternativa correta.

(A) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas

(B) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas

(C) Apenas as afirmativas I e II estão corretas

(D) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas

♥108. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) O

regime jurídico administrativo pode ser conceituado como

o “conjunto de princípios que definem a lógica da atuação

do ente público, a qual se baseia na existência de limitações e prerrogativas em face do interesse público”. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta.

(A) Havendo conflito entre os interesses da sociedade

e as necessidades específicas de indivíduos, os primeiros deverão prevalecer, em virtude da posição privilegiada assegurada à Administração Pública quando se relaciona com particulares, fundamentada no Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado

(B) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços

e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. Essa norma configura corolário

do Princípio da Impessoalidade, expressamente previsto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988

(C) O Princípio da Moralidade, embora goze de conceito jurídico indeterminado, visa estabelecer a obrigatoriedade de observância dos padrões éticos de conduta, para que se assegure o exercício da função pública de forma a atender as necessidades coletivas

(D) A Administração Pública detém o poder de controlar os seus atos de ofício, mediante a anulação de atos praticados em suas atividades essenciais, quando

ilegais, ou a revogação de atos importunos ou inconvenientes, sem que seja necessária a interferência do Poder Judiciário, com fundamento no Princípio da Intranscendência

♥109. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

A responsabilidade civil do Estado brasileiro pelos danos

causados a terceiros encontra-se disciplinada no artigo 37,

parágrafo 6º, da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

(A) Segundo a teoria do risco integral, o ente público

deve ser responsabilizado objetivamente pelos danos

que seus agentes causarem a terceiros, sendo, contudo, admitida a exclusão da responsabilidade em determinadas situações, tais como culpa exclusiva da

vítima, caso fortuito ou força maior, haja vista ser o

Estado garantidor universal de seus subordinados

(B) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de

direito público e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos não depende da comprovação de elementos subjetivos ou da ilicitude

do ato

(C) A Constituição Federal de 1988 admite ação de regresso do Estado em face do agente público que, nessa qualidade, causar danos a terceiros, cujo direito ao ressarcimento será aferido por meio da responsabilidade objetiva do agressor

(D) As empresas públicas e sociedades de economia mista, enquanto exploradoras de atividade econômica, estão submetidas aos ditames da responsabilidade objetiva prevista no artigo 37, parágrafo 6º, da CF/88, uma vez que gozam das prerrogativas e sujeições inerentes ao regime jurídico administrativo

♥110. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) O pregão consiste em modalidade licitatória prevista na Lei nº 10.520/2002. Desse modo, assinale a alternativa correta.

(A) Pregão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação

(B) O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, será de 8 (oito) dias úteis

(C) No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 15% (quinze por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor

(D) É vedada a exigência de garantia de proposta, aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame e pagamento de taxas e emolumentos, ressalvadas as exceções previstas em lei

♥111. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) É aplicável o regime da Lei nº 8.666 de 1993 aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração. Diante disso, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F):

( ) A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia apresentação do competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual poderá ser aprovado após sua constituição.

( ) Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão facultativamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

( ) Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês.

( ) As parcelas do convênio serão liberadas sempre em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado. Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) V, V, F, F

(B) V, F, V, V

(C) F, F, F, F

(D) F, V, V, V

♥112. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) A respeito das modalidades, limites e dispensa de licitação pública, considere as disposições expressas na Lei nº 8.666 de 1993 e assinale a alternativa correta.

(A) Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, desde que adotado o procedimento licitatório sob a modalidade de concorrência ou tomada de preços

(B) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência

(C) É dispensável a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública

(D) Convite é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação

♥113. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

Os contratos administrativos devem observar as normas gerais previstas na Lei nº 8.666 de 1993. Sendo assim, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F):

( ) A declaração de nulidade do contrato administrativo

opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

( ) Constitui motivo para rescisão do contrato o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

( ) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

( ) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 10% (dez por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea “a” da Lei nº 8.666/1993, feitas em regime de adiantamento.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) V, V, V, F

(B) V, V, F, V

(C) V, F, F, F

(D) F, V, F, V

♥114. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) As normas atinentes ao processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal estão consolidadas na Lei nº 9.784 de 1999. Sobre o tema, analise as afirmativas abaixo:

I. O ato de delegação é irrevogável e não será admitido para a edição de atos de caráter normativo, para a decisão de recursos administrativos e para as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

II. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o segundo grau.

III. Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de dez dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.

IV. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

Assinale a alternativa correta.

(A) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas

(B) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas

(C) Apenas as afirmativas I e II estão corretas

(D) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas

♥115. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) O Estatuto Jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios encontra-se regulamentado na Lei nº 13.303 de 2016. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

(A) Desde que a maioria das ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta dos entes federados

(B) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cuja maioria do capital votante pertença em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta

(C) Há expressa vedação legal em face das sociedades de economia mista para o lançamento de debêntures ou outros títulos ou valores mobiliários, conversíveis em ações, bem como para emissão de partes beneficiárias

(D) O prazo de gestão dos membros do Conselho Fiscal, tanto para empresas públicas, como para sociedades de economia mista, não poderá ser superior a dois anos, permitidas duas reconduções consecutivas

♥116. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

O Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento de que as fundações públicas podem estar sujeitas ao regime público ou privado, a depender de seu estatuto e das atividades prestadas. Com base na legislação administrativa pertinente, assinale a alternativa incorreta.

(A) Fundação Pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes, segundo o Decreto-Lei 200 de 1967

(B) As fundações públicas instituídas ou mantidas sob o controle do poder público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão abrangidas no conceito de Administração Pública, ainda que dotadas de personalidade jurídica de direito privado

(C) As fundações públicas de direito privado são dispensadas do regime jurídico da Lei nº 8.666 de 1993, por expressa determinação legal, em virtude da incidência integral das normas de direito civil

(D) São exemplos de fundações públicas a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

♥117. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável

pelo Ato de Improbidade sujeito às cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato. Acerca das penas previstas na Lei da Improbidade Administrativa nº 8.429/1992, assinale a alternativa incorreta.

(A) Na hipótese de atos de improbidade administrativa que importem enriquecimento ilícito, haverá perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 8 (oito) a 10 (dez) anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos

(B) Na hipótese de atos de Improbidade Administrativa que causem prejuízo ao erário, haverá ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 5 (cinco) anos

(C) Na fixação das penas previstas nessa Lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente

(D) Na hipótese de atos de Improbidade Administrativa que atentam contra os princípios da administração pública, ocorrerá a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos e multa civil de até 3 (três) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido

♥118. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

No que diz respeito à Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), analise as afirmativas abaixo.

I. Utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

II. Praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.

III. Descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas. IV. Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares, ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.

Assinale a alternativa correta

(A) Apenas a afirmativa I refere-se aos Atos de Improbidade Administrativa que causam prejuízo ao erário



(B) Apenas a afirmativa II refere-se dos Atos de Improbidade Administrativa que importam enriquecimento ilícito

(C) Apenas a afirmativa III refere-se aos Atos de Improbidade Administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública

(D) Apenas a afirmativa IV refere-se aos atos de Improbidade Administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública

♥119. (TRE-PA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – IBFC – 2020)

Acerca do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/1990), analise as afirmativas abaixo e de valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido.

( ) O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases: inquérito administrativo, com a publicação do ato que constituir a comissão; instauração, que compreende instrução, defesa e relatório; e julgamento.

( ) O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, observado o disposto no § 3º do art. 143, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

( ) O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) F,V,V,F

(B) V,F,V,V

(C) F,V,F,V

(D) V,F,V,F

♥120. (CGE-RN – TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO –

IBFC – 2019) De acordo com a Lei nº 10.520/2002, sobre a fase externa do pregão, analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) A convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo em jornal de circulação local, e facultativamente por meios eletrônicos e conforme vulto da licitação, em jornal de grande circulação.

( ) O prazo fixado para apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 10 dias úteis.

( ) No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores aquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

( ) Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de maior preço.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

(A) F, F, F, F

(B) V, V, F, V

(C) V, V, V, V

(D) V, F, V, F